



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

17 de junho 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** Sua Vida

**Data:** 17/06/2015

**Assunto:** Plano Estadual de Educação

**Página:** 19

# DIÁRIO CATARINENSE

## SC tem meta de erradicar o analfabetismo até 2024

**THIAGO SANTAELLA**

thiago.santaella@diario.com.br

**E**rradicar o analfabetismo e garantir acesso à escola a todas as crianças e jovens, de quatro a 17 anos, até 2024. Esses são dois desafios do Plano Estadual de Educação, mas o secretário Eduardo Deschamps aponta que o mais difícil será fazer o investimento em educação chegar ao equivalente a 10% do PIB estadual.

Nas duas primeiras diretrizes, Santa Catarina já apresenta bons índices, mas coloca metas para patamares mais altos. Na aplicação de recursos, a dificuldade está em fazer esse movimento sozinho.

- Vamos precisar de articulação com o governo federal que concentra mais de 60% da arrecadação - diz o secretário.

Em 2013, Santa Catarina tinha 98,4% da população de seis a 14 anos nas escolas. A meta é chegar a 99,9%, o que já garantiria a universalização. A taxa de analfabetismo do Estado é de 3,5%, contra 8,5% do país.

Um dos desafios está nas matrículas do ensino médio, de jovens de 15 a 17 anos. A taxa bruta de frequência é de 80,6%, mas quando comparada com a taxa líquida, de 59,8%, evidencia uma evasão escolar. A meta

é levá-la além de 90% até 2024.

Segundo o secretário, várias metas já têm iniciativas anteriores ao plano, mas ele vai ter impactos significativos, como a aplicação da educação profissional. Entre as metas da educação profissionalizante está a fixação de 10% do total de vagas da modalidade no ensino estadual até 2024 - hoje o patamar está em 0,81%.

Outra meta prevê triplicar o número de matrículas na educação profissional técnica, com expansão mínima de 60% no segmento público.

### SECRETARIA DIZ QUE SC SEGUE O CRONOGRAMA

Segundo o MEC, o Estado tem até o dia 24 para aprovar o Plano Estadual da Educação, com 19 metas a serem cumpridas até 2024. Mas, de acordo com Deschamps, SC está seguindo o cronograma ao enviar o texto ontem para ser votado pela Assembleia:

- É uma questão de interpretação da lei. O texto fala em elaboração. Acreditamos que estamos cumprindo o prazo.

Em reunião segunda-feira com o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, Deschamps disse que Ribeiro ficou satisfeito com o prognóstico de aprovação no segundo semestre



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

### METAS E A REALIDADE ATUAL

Porcentagem de crianças de até três anos nas creches



Porcentagem de crianças de quatro a cinco anos frequentando a pré-escola



Frequência escolar da população de seis a 14 anos



Frequência na escola de jovens de 15 a 17 anos



Estabelecimentos públicos com matrículas para educação em tempo integral



Percentual de matrículas em ensino de tempo integral na educação básica





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Notícias do Dia

**Editoria:** Capa

**Data:** 17/06/2015

**Assunto:** Plano Estadual de Educação

**Página:** 01

### **Notícias do Dia**

# **As 19 metas da educação**

**Estratégia. Plano Estadual prevê  
investimentos de 10% do PIB**

A proposta do governo do Estado encaminhada à Assembleia Legislativa trata de todos os níveis de ensino, da gestão escolar e do plano de carreira dos professores.

**Página 8**



<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Estado	<b>Data:</b> 17/06/2015
<b>Assunto:</b> Plano Estadual de Educação		<b>Página:</b> 08

## Notícias do Dia

### Educação ganha 19 metas

**LEONARDO THOMÉ**

[leonardo.thome@noticiasdodia.com.br](mailto:leonardo.thome@noticiasdodia.com.br)

@ND\_Online

Dentre as 19 metas do PEE (Plano Estadual de Educação), encaminhado ontem à Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina), a que prevê alcançar investimentos de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) estadual em educação até 2024 foi considerada a mais “complexa” pelo secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps. O índice é previsto de acordo com o PNE (Plano Nacional de Educação) para que União, Estados e municípios ampliem os investimentos em educação ao fim dos dez anos de vigência do plano – data que começou a contar em 2014, quando da aprovação da lei federal.

“No grau de articulação que precisa, e até porque não envolve apenas a Secretaria de Educação e o Estado, eu diria que o mais complexo de ser atendido será o do financiamento”, afirmou o secretário. Para efeito de comparação, o atual PIB de Santa Catarina é de R\$ 152,4 bilhões, dos quais cerca de R\$ 15 bilhões teriam que ser destinados à educação, caso o plano estivesse hoje em seu décimo ano de vigência.

O PEE possui estratégias consonantes com o PNE e foi protocola-

o teor do documento, realizar 17 audiências públicas por todo Estado e depois votá-lo em plenário. Passada essa fase, o PEE terá que ser sancionado pelo governador Raimundo Colombo para só então entrar em vigor. De acordo com o Ministério da Educação, o Estado tem até o dia 24 de junho para apresentar o plano aprovado. Mesmo se ultrapassar a data, não existem punições previstas. O plano tem 19 metas a serem cumpridas nos próximos dez anos. Até agora, apenas Maranhão, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso sancionaram as leis dos respectivos planos.

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Alesc, o deputado Valdir Cobalchini entende ser impossível aprovar o plano até o dia 24 de junho. “Nem em regime de urgência conseguiríamos, pois o prazo é de 45 dias”, resumiu. Cobalchini explica que o projeto terá que passar pela avaliação de três comissões, além da votação em plenário e das 17 audiências públicas para ouvir diretores, gestores e professores de escolas públicas e privadas do Estado. “É difícil falar em prazos, porque o texto chegou hoje à assembleia, mas certamente esperamos aprová-lo no segundo semestre”, concluiu Cobalchini, que hoje tem uma reunião na comissão



#### DEBATE

Serão realizadas 17 audiências públicas para discutir o



# SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

## PROPOSTA PARA DEZ ANOS

Objetivos do Estado para uma década

### 1. Educação infantil

Universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender pelo menos 50% das crianças de até três anos até o final de vigência do plano.

### 2. Ensino fundamental

Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada.

### 3. Ensino médio

Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final da vigência do plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90%.

### 4. Educação especial

Universalizar para o público da educação especial de 4 a 17 anos o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado.

### 5. Alfabetização até seis anos

Alfabetizar todas as crianças aos seis anos ou até no máximo aos oito anos de idade no ensino fundamental.

### 6. Educação em tempo integral

Oferecer educação em tempo integral em no mínimo 65% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 40% dos estudantes da educação básica.

### 7. Melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com a melhoria do fluxo escolar e de aprendizagem.

### 8. Superação das desigualdades

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano.

### 9. Alfabetização de jovens e adultos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 98% até 2017, e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional até o final de vigência do plano.

### 10. Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional

Oferecer no mínimo 10% das matrículas de educação a jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

### 11. Educação profissional técnica de nível médio

Triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio, assegurando pelo menos 60% da expansão no segmento público.

### 12. Matrículas no ensino superior

Articular com a União a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos de idade.

### 13. Qualidade da educação superior

Articular com a União a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente para 80%, sendo 40% doutores.

### 14. Matrículas pós-graduação

Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação, de modo a atingir a titulação de 2.400 mestres e 900 doutores por ano.

### 15. Formação inicial e continuada de profissionais da educação básica

Garantir, com integração da União, Estado e municípios no primeiro ano do plano, a política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação.

### 16. Formação de professores em nível de pós-graduação

Formar 75% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste plano.

### 17. Plano de carreira e remuneração

Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de dois anos a existência de plano de carreira.

### 18. Gestão escolar democrática

Garantir em legislação específica, aprovada no âmbito do Estado e dos municípios, condições para a efetivação da gestão democrática na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual de Ensino, no prazo de um ano após a aprovação deste plano.

### 19. Investimento público em educação

Ampliar o investimento público em educação pública, em regime de colaboração entre União, Estados e municípios, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB (Produto Interno Bruto) do Estado até o quinto ano de vigência deste plano e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final dos dez anos, com a vinculação de novas fontes de recursos.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



FABIO GONCALVES/AGÊNCIA ALESC/MD

**Chega à Casa. Secretário Deschamps (à esq.) entrega projeto para presidente da Assembleia, Gelson Merisio**



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1 Santa Catarina	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/06/2015
<b>Assunto:</b> Plano Estadual de educação		<b>Página:</b> Online



SANTA CATARINA



### **Proposta de plano estadual de educação é entregue para a Alesc**

*Documento traz diretrizes para melhoria da qualidade do ensino no estado.  
Com 19 metas, ele prevê ações que devem ser desempenhadas até 2024.*

O projeto de lei, que propõe o plano estadual de educação de Santa Catarina foi entregue na manhã desta terça-feira (16) para a Assembleia Legislativa do estado (Alesc). O documento elenca as metas e ações que devem ser tomadas para a melhoria da qualidade da educação nas redes estadual e municipal até 2024.

A proposta entregue pelo secretários estaduais de Educação, Eduardo Deschamps, e da Casa Civil, Nelson Serpa, para o presidente da Alesc, Gelson Merisio, cumpre uma exigência da Lei Federal número 13.005/2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação. A partir de agora, ele será analisado por comissões da Assembleia, para então ser levado à votação em Plenário.

Municípios e estados têm até quarta-feira da próxima semana (24), para elaborar e entregar seus planos, "em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE", segundo a Lei Federal.

#### Diretrizes estaduais

O plano de Santa Catarina foi elaborado a partir das decisões debatidas em conferências estaduais e municipais, entre 2009 e 2014. Ele traz 10 diretrizes. A primeira busca erradicar o analfabetismo e vem seguida pela universalização do atendimento escolar. Superar as desigualdades educacionais é outra diretriz prevista no documento.

Ele também traz como diretriz, melhorar a qualidade do ensino e promover uma formação para o trabalho e a cidadania. Outra linha que o plano prevê é a gestão democrática da educação pública, além da promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado.

O plano estabelece ainda como diretriz a aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

profissionais da educação; e promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

### 19 metas de ação

As diretrizes balizam a execução do plano e se desdobram em 19 metas, que devem ser executadas por meio de 297 estratégias descritas no plano. Entre as principais metas, estão a universalização da Educação Básica, entre 4 e 17 anos; erradicação do analfabetismo, com alfabetização aos 6 anos; expansão da educação integral, profissional e de jovens e adultos (EJA).

Outra meta tem como objetivo equiparar a qualidade com países desenvolvidos. Também há o objetivo de superar as desigualdades e o respeito às diferenças, a expansão do ensino superior, a valorização do professor, a gestão escolar democrática e a ampliação do financiamento.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/06/2015
<b>Assunto:</b> Prova Brasil		<b>Página:</b> Online



### Inep apresenta portal que vai explicar a Prova Brasil

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vai lançar em agosto o portal Devolutivas, que vai explicar os resultados da Prova Brasil. O site disponibilizará os itens da prova com comentários e explicações sobre o que o aluno errou ou acertou. O portal foi apresentado no dia 16 pelo presidente do Inep, Francisco Soares, no 15.º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

"O que o portal faz é traduzir a Prova Brasil", disse Soares. "A gente imagina que a plataforma vai virar uma plataforma de trabalho. Os professores vão ler e vão ter sugestões. O que a gente espera é que vire uma forma de diálogo na escola para análise das provas".

Inicialmente o portal estará voltado para o ensino fundamental. A Prova Brasil é aplicada ao quinto ano e ao nono ano do ensino fundamental. A avaliação é um dos componentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), além dos dados de aprovação escolar.

"Foi criado o Ideb e, de repente, todo mundo teve que considerar o Ideb. O que a gente está fazendo agora é dizer o que é Ideb alto, médio ou baixo em termos de aprendizado do aluno, essa é a novidade", acrescentou Soares. Segundo ele, as explicações vinculam cada item cobrado na prova com o currículo ensinado na sala de aula. De acordo com o Inep, a plataforma mostrará os resultados da Prova Brasil tal como divulgado no boletim da escola, ou seja, será possível selecionar a escola e visualizar em um gráfico a distribuição dos alunos nos níveis de proficiência de cada área ou etapa avaliada. Também será possível comparar essa distribuição com a de escolas similares.

O Inep já discutia formas de melhorar a divulgação dos resultados da Prova Brasil. No ano passado, houve novidades na divulgação dos resultados da prova de 2013. O boletim divulgado pelo Inep mostrava o percentual de estudantes na escola, no estado e no país em cada um de até dez níveis de proficiência. A quantidade de níveis varia de acordo com a série e com a disciplina avaliada. As escolas puderam consultar a interpretação pedagógica dos níveis de desempenho. Além disso, puderam comparar o desempenho com escolas próximas e com nível socioeconômico semelhante.

O portal será lançado em agosto, durante reunião da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Consed	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/06/2015
<b>Assunto:</b> Ensino religioso		<b>Página:</b> Online



### **STF debate ensino religioso em escolas públicas**

**Vice-Presidente do Consed, Rossieli Silva e Ministro do MEC, Renato Janine participam de fórum mundial de Educação promovido pela ONU**

O presidente do Consed Eduardo defendeu que o ensino religioso não confessional tem sido uma prática em inúmeros Estados da Federação, que organizaram o ensino na modalidade com a oferta de concursos

O Supremo Tribunal Federal (STF) promoveu audiência pública, nesta segunda-feira (15/06), para discutir o ensino religioso em escolas públicas. O tema da audiência pública é abordado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439, ajuizada pela Procuradoria Geral da República (PGR), e que questiona o ensino religioso confessional – aquele vinculado a uma religião específica nas escolas da rede oficial de ensino do país. A PGR defende que o ensino religioso deve ser ministrado de forma laica, sob um contexto histórico e abordando a perspectiva das várias religiões.

Ao justificar a necessidade de discussão mais ampla sobre o tema, o ministro-relator Luís Roberto Barroso afirmou que “tais questões extrapolam os limites do estritamente jurídico, demandando conhecimento interdisciplinar a respeito de aspectos políticos, religiosos, filosóficos, pedagógicos e administrativos relacionados ao ensino religioso no país”, para ouvir representantes do sistema público de ensino, de grupos religiosos e não religiosos e de outras entidades da sociedade civil, bem como de especialistas com reconhecida autoridade no tema.

“A vida civilizada aspira ao bem, ao correto e ao justo. Há pessoas que buscam orientação nesse caminho em princípios religiosos, pessoas que o buscam na filosofia moral, outros procuram combinar as duas coisas – a verdade revelada e a ética – e há outras muitas pessoas que professam um humanismo agnóstico ou ateu. A verdade é que verdade não tem dono. O que precisamos fazer é encontrar meios de convivência respeitosa e tolerante com quem pensa diferentemente”, disse o ministro ao interromper os debates para o intervalo de almoço.

O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, Eduardo Deschamps, utilizou o tempo para apresentar um panorama do cenário atual do ensino religioso a partir da ausência de diretrizes curriculares nacionais; da Função social da escola pública referente ao Ensino religioso; da opção pelo ensino religioso não



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

confessional por muitos estados. O secretário de Educação de Santa Catarina também apresentou os modelos que vem sendo aplicados no Distrito Federal e no estado de Santa Catarina e as recomendações que o Consed entende como primordiais para as diretrizes curriculares nacionais.

Deschamps citou que mesmo com a ausência de diretrizes curriculares nacionais, os entes federados têm regulamentado a matéria de diferentes formas, considerando alguns princípios para o ensino religioso como por exemplo: Não é o ensino de uma religião ou das religiões na escola; Não deve e não pode privilegiar uma ou mais confissões religiosas, em detrimento de outras e Não pode ter finalidade catequética de qualquer manifestação religiosa; Não pode abdicar de combater a intolerância religiosa.

O presidente do Consed ressaltou o aspecto da função social da escola pública referente ao ensino religioso, que busca possibilitar “o acesso ao conjunto dos conhecimentos religiosos, que integram o substrato das culturas, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. Elencou também àquilo que não é considerada função social da escola no que se refere ao ensino religioso, que não deve transmitir e difundir crenças religiosas; doutrinar os educandos através de materiais paradidáticos e práticas celebrativas; segregar os educandos por motivações religiosas ou outras; difundir concepções e práticas preconceituosas em relação a determinada denominação religiosa.

O presidente Eduardo defendeu que o ensino religioso não confessional tem sido uma prática em inúmeros Estados da Federação, que organizaram o Ensino Religioso na modalidade com a oferta de concursos públicos para professores habilitados para o Ensino Religioso; com o apoio a cursos de formação inicial e continuada; com propostas curriculares em que o Ensino Religioso possui tratamento igual às demais disciplinas e com uma identidade pedagógica a partir do objeto de estudo (fenômeno religioso), metodologia, conceitos, conteúdos e proposta de avaliação.

Eduardo destacou que “é preciso definir o quê, como e para quê ensinar”. O secretário citou a proposta curricular de Santa Catarina, que definiu o que ensinar a partir da “[...] multiplicidade de ritos, textos, mitos, símbolos, espaços, linguagens, atitudes, valores e referenciais éticos que balizam e até determinam como o ser humano se define e se posiciona no mundo”.

A proposta de Santa Catarina pautou um “[...] processo educativo que leva ao reconhecimento da diversidade religiosa, articulando conhecimentos científicos e culturais, por meio do exercício do diálogo, do estudo, da pesquisa, da reflexão e apropriação dos conhecimentos”, afirmou.

Para Deschamps, “partindo das identidades e contextos socioculturais dos estudantes, o processo de ensino-aprendizagem assim compreendido contribui para a formação de atitudes e valores de acolhimento às identidades e diferenças”, disse.

Por fim, o presidente do Consed apresentou recomendações que o Conselho compreende como fundamentais para a regulamentação na oferta do Ensino Religioso e para assegurar os princípios da laicidade do Estado na educação: 1 - Propiciar aos educandos o acesso e a aprendizagem dos conhecimentos da diversidade religiosa, sem proselitismos; 2 - Cumprir a legislação vigente referente ao Ensino Religioso; 3 - O Conselho Nacional de



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Educação definir diretrizes curriculares nacionais orientadoras para todos os sistemas de ensino e para a formação de professores em nível de Licenciatura Plena.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, Roberto Leão, destacou em sua exposição no STF, que o correto seria abolir a “disciplina” específica de ensino religioso, tratando esse tema curricular como área de conhecimento histórico-cultural da humanidade, pois não é viável conceber quaisquer ensinamentos dogmáticos no ambiente escolar. A proposta da confederação é assegurar o estudo das religiões nas disciplinas de Filosofia, Sociologia, História e Geografia de currículos do ensino fundamental e médio das escolas públicas. Ele argumenta que é direito dos pais ou responsáveis legais de escolherem a educação religiosa e moral de suas crianças, e de orientar essa educação em acordo com suas próprias convicções.

Após a apresentação de representantes de 14 entidades sobre a implantação ou não do ensino religioso nas escolas públicas e se esse ensino deve ser confessional ou não confessional, o ministro Roberto Barroso encerrou a primeira parte da audiência pública sobre o tema. Os debates serão retomados às 14h30, na Sala de Sessão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), quando representantes de outras 17 entidades vão se manifestar.

Participaram ainda do período da manhã representantes das seguintes entidades: Confederação Israelita do Brasil – CONIB, Roseli Fischmann; Antonio Carlos Biscaia, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Vanderlei Batista Marins, da Convenção Batista Brasileira – CBB; Alvaro Chrispino, da Federação Espírita Brasileira – FEB; Ali Zoghbi, da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil – FAMBRAS; Antônio Gomes da Costa Neto, da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro - FENACAB em conjunto com Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno; Abiezer Apolinário da Silva, da Igreja Assembleia de Deus - Ministério de Belém; Bispo Manoel Ferreira, da Convenção Nacional das Assembleias de Deus - Ministério de Madureira; Thiago Gomes Viana, da Liga Humanista Secular do Brasil – LIHS; João Nery Rafael, Sociedade Budista do Brasil – SBB; Renato Gugliano Herani, da Igreja Universal do Reino de Deus; Cleunice Matos Rehem, do Centro de Raja Yoga Brahma Kumaris. No período da tarde serão mais 17 expositores terão também 15 minutos para apresentar seus argumentos sobre a matéria.

### Histórico da Ação

Na ação, busca-se conferir interpretação conforme a Constituição Federal a dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (caput e parágrafos 1º e 2º do artigo 33 da Lei 9.394/1996) e ao acordo firmado entre o Brasil e a Santa Sé (Decreto 7.107/2010). Em despacho para a convocação da audiência, o relator afirmou que a ação pretende “assentar que o ensino religioso em escolas públicas deve ter natureza não confessional, com proibição da admissão de professores na qualidade de representantes das confissões religiosas”.

A ação da PGR foi proposta em 2010 pela então vice-procuradora Débora Duprat. Segundo entendimento da procuradoria, o ensino religioso só pode ser oferecido se o conteúdo programático da disciplina consistir na exposição “das doutrinas, práticas, histórias e dimensão social das diferentes religiões”, sem que o professor tome partido. Para a procuradora, o ensino religioso no país aponta para a adoção do “ensino da religião católica” e de outros credos, fato que afronta o princípio constitucional da laicidade.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/06/2015
<b>Assunto:</b> Sustentabilidade		<b>Página:</b> Online



### EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

**Vida na terra: problema de todos, principalmente da escola**

**Fonte: Revista Profissão Mestre**

A organização de ações efetivamente sustentáveis demanda formação cultural e coloca não apenas instituições de ensino, mas todos os espaços sociais como locais de debate e desenvolvimento de modos de vida que preservem o ambiente que permite a vida. Segundo a bióloga Liege Petroni, coordenadora do Programa Multidisciplinar de Gestão e Educação para a Sustentabilidade, da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), as ações educativas em todos os níveis devem estimular o pensamento na consecução de formas de desenvolvimento que agreguem a continuidade, em todos os níveis, da contemplação das necessidades das gerações de hoje, garantindo igualmente esse direito às gerações futuras.

“Sustentabilidade é mais que agregar valor [econômico] a um produto ou serviço. Ela é um valor que se refere à qualidade de vida, ética, transparência, atuação consciente e responsável, respeito a todas as formas de vida, não apenas a humana. Está atrelada à postura de cidadania, [à forma] como as pessoas agem e atuam, se respeitam, demonstram compaixão e até espiritualidade. É difícil de ser trabalhada porque as pessoas não devem ter esse comportamento somente nas instituições, mas também na família, na sociedade, no trato com o outro, no meio em que está inserida e no consumo”, explica a pesquisadora.

Segundo Liege, a instalação de um programa de sustentabilidade como difusor dessa cultura demanda adesão, ou seja, seus membros precisam ter identificação com alguma causa sustentável e a consciência de que é necessário consumir serviços e produtos que atendam a necessidades identificadas após reflexão, sem impulsos. “É um processo de educação formativa, não apenas informativa”, acredita.

Uma experiência de completa convivência entre a produção da vida, a precaução de geração de diferenças sociais significativas e a harmonia com a terra, em uma cultura



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

de pensar o meio ambiente como essencial à existência sem a subjugação do econômico, está sendo realizada na Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA). A instituição é sediada no Assentamento Contestado, terra concedida a famílias camponesas beneficiadas em programas de reforma agrária, localizada no município de Lapa, interior do Paraná. “A agroecologia é um conceito não apenas de produção, mas que busca uma estrutura de produção, trabalho, relações humanas e com a natureza para que o campo seja um espaço de vida, convívio e sociabilidades”, explica a educadora Simone Rezende, coordenadora pedagógica da escola.

Ela observa que essa concepção surgiu como uma resistência às pressões do agronegócio, de interesses essencialmente econômicos, as quais, pelas forças de mercado e até com a violência, coagem o camponês a fugir da área rural e se mudar para os centros urbanos, onde as condições ambientais e de vida são cada vez mais precárias. Nesse cenário, a necessidade de acesso à terra e à natureza fazem com que a agroecologia seja trabalhada como uma necessidade também de transformação social, com base na produção de alimentos sem agrotóxicos. Dessa forma, espera-se construir relações para mudar a sociedade, tendo como fundamento as práticas cotidianas.

Embora exista nessa formação um referencial teórico (Paulo Freire, agroecologistas como Ceville Gusmán e Miguel Altieri e a corrente do “ecossocialismo”, tendo com um dos principais expoentes o pensador franco-brasileiro Michel Löwy), o projeto não se fecha em autores, “porque um dos objetivos é a produção do conhecimento pela prática. Assim, não fazemos separação entre o trabalho físico e o intelectual nem damos mais ou menos importância para um ou para outro”, enfatiza Simone.

A ELAA forma técnicos em agroecologia para atuação na pequena propriedade rural e em assentamentos. A instituição também oferece uma licenciatura em Educação do Campo, na formação de professores que atuam nas disciplinas de Ciências da Terra (Física, Química, Biologia e Ciências), nos níveis de ensino fundamental II e médio de escolas rurais. Nesse caso, a produção agroecológica é conteúdo transversal.

O curso de técnico em Agroecologia é mantido com recursos do Programa Nacional da Reforma Agrária (Pronera), e a licenciatura é realizada em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). A manutenção da escola é feita pelos próprios estudantes, pelas famílias do Assentamento Contestado e por representantes de movimentos sociais camponeses. No geral, é um projeto de educação popular mantido com trabalho voluntário, que tem efeito direto na vida e na concepção agroecológica desses próprios voluntários. “O meio ambiente é uma questão de sobrevivência da humanidade. Por isso, temos que trabalhar com os educadores para [eles] entenderem para além de uma prática individual e de ações pontuais. Não podemos entender que é problema somente do ambientalista identificar a causa do que se vive hoje [problemas sociais e ambientais] e levantar possibilidades de solução. É um problema político de todos”, defende a coordenadora.

Tecnologias



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A difusão de uma cultura de relação com o meio ambiente e todas as formas de vida ganhou impulso com a internet, tornando possível aliar o uso educacional das tecnologias da informação e comunicação e concepções pedagógicas que privilegiam o protagonismo de jovens e crianças com o intercâmbio de informações permitido pelos dispositivos digitais. O Instituto Crescer, de São Paulo, promove projetos em que tecnologias digitais são usadas para formação de professores e gestores, desenvolvimento comunitário e qualificação profissional. Um de seus programas, chamado Aprender em Rede, visa criar oportunidades de colocar em contato alunos de diferentes locais do Brasil, a fim de gerar neles mais interesse para a pesquisa e o conhecimento da realidade e da situação do outro. “O objetivo é aproveitar o potencial da internet para crianças, jovens e professores, aliando a tecnologia com temas de interesse relacionados com o currículo, como o meio ambiente”, conta Luciana Allan, diretora técnica do Instituto Crescer e colunista da Profissão Mestre.

O projeto tem como premissas o trabalho em uma ação solidária que utilize o currículo como instrumento para promover o protagonismo infantojuvenil. A criança compartilha informações do local em que vive, o que ele tem de bom, o que acha que precisa mudar, e passa a pensar, com base na troca de experiências, em como deixar esse espaço mais interessante e agradável. “O professor tem que encontrar ganchos para tratar conteúdos curriculares, como geografia, meio ambiente, saúde etc.”, explica a diretora.

Neste ano, o Aprender em Rede ([blogaprenderemrede.wordpress.com](http://blogaprenderemrede.wordpress.com)) fornece essa estrutura para se trabalhar o tema meio ambiente e busca a construção de conhecimento a respeito do assunto articulando a multiplicidade de demandas. “O instituto propõe um direcionamento de como será tratado o tema. Cada escola vai abordar da forma que achar mais pertinente. Nós orientamos as maneiras em que os alunos, junto com os professores, podem olhar para sua realidade, desenvolver uma dinâmica de trabalho e um projeto político-pedagógico com estratégias de abordagem com os estudantes, os quais se assumem como protagonistas em todo esse processo. Com a temática ambiental, queremos dar espaço para a criatividade, pois entendemos que educação é algo aberto, em que pessoas podem trazer ideias e formas diferentes”, defende Luciana.

A participação no projeto, que já está em andamento, ocorre com a solicitação feita pelos professores (de escolas públicas e particulares), sem especificação de disciplina, que recebem orientações semanais em um grupo fechado no Facebook – escolhido por ser uma ferramenta que a maioria já usa para fins pessoais –, as quais são inseridas no projeto político-pedagógico da escola. O docente é o responsável por encontrar a proximidade do tema com a realidade. Dessa forma, ele desenvolve a metodologia de trabalho com os seus alunos, de modo integrado com a troca de experiências com os demais estudantes do país inteiro e, ao final, auxilia a turma a produzir materiais com esse conhecimento para serem compartilhados na própria internet. “Algumas crianças fazem livros, blogs, gravam vídeos como se fosse um programa de TV. Cada escola escolhe o que e a forma de compartilhar esse conhecimento com a rede. O professor, além de ser um facilitador, também aprende em todo esse processo”, conta Luciana.